

Plano de Desenvolvimento Social

2024 - 2026

Conselho Local de Ação Social de Alijó

Aprovado em Plenário de CLAS a 24 de junho de 2024



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

Mafalda Lopes Mendes

Vereadora da Ação Social

Ana Paula Barbosa Narciso

Chefe de Divisão da UOF de Desenvolvimento Social

Coordenação Técnica

Ana Paula Barbosa Narciso

Equipa Técnica

Marisa Teixeira

Cristiana Soares

Equipa Radar Social:

Sara Félix

Ana Ferreira

Núcleo Executivo

ISS, IP – Vila Real

Agrupamento de Escolas D. Sancho II

Representantes IPPS

Representante Juntas de Freguesia

Representante Saúde

Nota Introdutória

A Rede Social é “um Programa que incentiva os organismos do setor público, instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área da ação social, a conjugarem os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria”. (Segurança Social, 2024)

Neste sentido a Rede Social de Alijó baseia o seu trabalho em metodologias participativas de investigação-ação, com vista a um planeamento estratégico criativo e participativo. Neste planeamento existem três etapas fundamentais, o diagnóstico social da situação concelhia, a definição de linhas orientadoras de intervenção e a operacionalização do plano de ação.

Neste momento, apresentamos o Plano de Desenvolvimento Social, o qual, partindo dos problemas e prioridades assinalados no Diagnóstico Social, pode ser entendido como um instrumento orientador da intervenção social das entidades locais com vista ao desenvolvimento social.

O PDS de Alijó 2024-2026 emerge assim, enquanto instrumento atualizado, dinâmico e relevante para a definição de prioridades e estratégias de intervenção promovendo a contínua melhoria da atual realidade social concelhia, visando constituir-se como um estímulo ao desenvolvimento de um trabalho em parceria que objetive a minimização dos principais problemas sociais diagnosticados e reconhecidos no território.

A elaboração deste documento contou com a colaboração do Núcleo Executivo do CLAS e com a participação das entidades que integram o CLAS.



Índice

1. Do Diagnóstico Social ao Plano de Desenvolvimento Social.....	3
2. Metodologia do Planeamento.....	4
3. Problemas de Intervenção Identificados no Diagnóstico Social 2024-2026.....	6
3.1. Desafios Demográficos.....	7
3.2. Crianças, Jovens e Famílias.....	8
3.3. Empregabilidade e Qualificação	11
3.4. Grupos Vulneráveis	14
3.4.1. Vítimas de Violência Doméstica e de Género	15
3.4.2. Pessoas com Deficiência e Incapacidade.....	15
3.4.3. Pessoas e Famílias em Situação de Pobreza e Vulnerabilidade Social	16
3.4.4. Imigrantes	16
3.4.5. Pessoas com Comportamentos Aditivos	17
3.4.6. Idosos.....	17
3.5. Rede Social de Alijô	18
3.6. Recursos Disponíveis Promotores da Inclusão Social	19
4. Eixos Estratégicos de Intervenção.....	21
Índice de Gráficos	30
Índice de Tabelas	30
Referências Bibliográficas	31



1. Do Diagnóstico Social ao Plano de Desenvolvimento Social

O Diagnóstico Social de um território perspetiva o ponto de partida basilar para a construção de um Plano de Desenvolvimento Social, que se pretende concertado, realista e coeso. Ambos os documentos estão em estreita harmonia e complementam-se.

Entende-se por Plano de Desenvolvimento Social *“um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social local. Tem em vista não só a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações da animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações. Pode dizer-se que o Plano de Desenvolvimento Social traça o retrato de uma situação social desejável, mas também realista nos Concelhos e freguesias onde vai ser implementado, incluindo uma programação das etapas e das estratégias a desenvolver para alcançar essa situação”*. (IDS, 2002)

Para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Alijó 2024-2027 foram tidas em conta as orientações expressas em instrumentos de planeamento e de diagnóstico de âmbito nacional e regional, tais como: Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025; Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 – Portugal + Igual; Douro 2030 - Uma Estratégia para uma Década – Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO); NORTE 2030- Estratégia de Desenvolvimento do Norte para Período de Programação 2021-27 da Políticas da União Europeia (CCDRN); Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030; Estratégia nacional para os Direitos das Crianças 2021-2024; Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026.

No que respeita a instrumentos de âmbito municipal, foram considerados as orientações estratégicas e as políticas subjacentes, assegurando a coerência, a articulação e a concertação de ações, tais como, Plano Diretor Municipal, Carta Educativa Municipal, Estratégia Local de Habitação, Plano Municipal Para a Igualdade e Não Discriminação de Alijó (PMIND).

As reflexões que surgiram ao longo da elaboração do Diagnóstico Social, permitiram consolidar as bases para a definição de intervenções consideradas prioritárias, com vista à elaboração do Plano de Desenvolvimento Social para o Concelho de Alijó.

2. Metodologia do Planeamento

A Rede Social de Alijó assenta numa metodologia participativa e de planeamento estratégico, orientada por instrumentos de trabalho, o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social e o Plano de Ação.

A metodologia adotada no presente documento pretende incidir sob a definição de um conjunto de prioridades estabelecidas no trabalho da Rede Social de Alijó, assim como identificar as áreas prioritárias de intervenção instituídas em cada eixo; verificar os recursos existentes no território de modo a fomentar uma rede equilibrada, dando respostas eficientes aos problemas sociais que vão surgindo; e identificar os problemas sociais prioritários que possam ser alvo de intervenção.

Porém, pretende-se que a intervenção social abranja todo o território, promovendo uma atuação mais concertada e articulada, sendo necessário uma visão mais global de todo o território, tendo um conhecimento prévio face às suas principais fragilidades.

O PDS 2024-2026 é dinâmico e passível de eventuais ajustamentos, tornando-se flexível à aquisição de novas ações, metodologias e parcerias.

O PDS que se apresenta reportar-se-á ao triénio de 2024-2026, e em cada ano de vigência será elaborado um Plano de Ação com vista ao acompanhamento do processo de execução, sendo monitorizado e avaliado considerando a reformulação das ações, promovendo deste modo um desenvolvimento social coeso.



3. Problemas de Intervenção Identificados no Diagnóstico Social 2024-2026

O Diagnóstico Social de Alijó revelou várias problemáticas a serem intervencionadas através de um planeamento concertado e focalizado. A intervenção incidirá em áreas prioritárias e grupos populacionais específicos. Assim o PDS de Alijó 2024-2026 considera os seguintes problemas como merecendo uma ação essencial:

- ♦ Desafios demográficos
- ♦ Crianças, Jovens e Famílias
- ♦ Empregabilidade e Qualificação
- ♦ Grupos Vulneráveis
- ♦ Intervenção no âmbito da Rede Social de Alijó

3.1. Desafios Demográficos

A composição demográfica do concelho de Alijó reflete a realidade contemporânea que caracteriza a região interior do país, nomeadamente o elevado índice de envelhecimento, a perda da população residente e, consequentemente, a baixa densidade populacional.

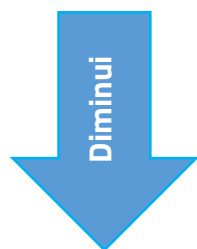
Ao longo dos anos têm-se vindo a assistir à diminuição da população residente e apesar das políticas que se têm vindo a estabelecer não foi ainda possível reverter o êxodo dos/as jovens em idade ativa para outros centros. A renovação geracional está comprometida também pela baixa natalidade e pelo aumento da população mais velha.

(projeção 2027)



- Indivíduos com 65 ou mais anos: 3493
- Índice de Dependência Total: 78,1%
- Índice de Dependência Idosos: 63,8%
- Taxa Bruta de Mortalidade: 21,6%
- Índice de Envelhecimento: 450,6
- Saldo Migratório: 138
- Taxa de Crescimento Anual Médio da População: -1,059%
- Saldo Total: -57

(projeção 2027)

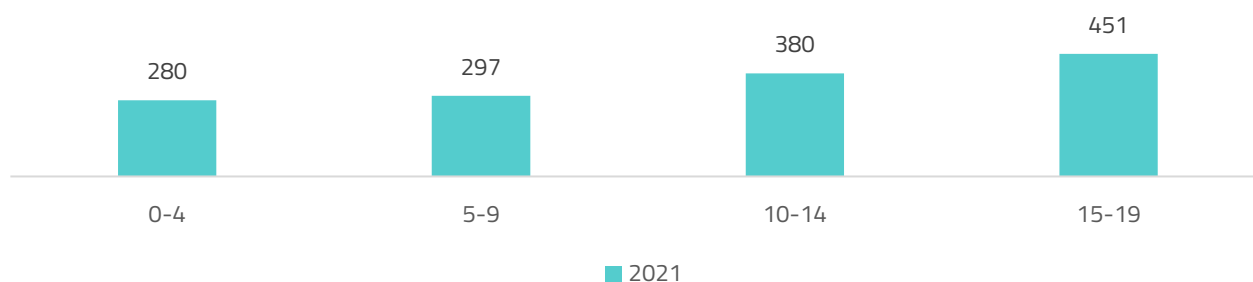


- População Residente: 9699 hab
- Indivíduos dos 0-14 Anos: 759
- Indivíduos dos 15- 64 Anos: 5447
- Densidade Populacional: 32,6 (N.º/ km²)
- Dimensão Média das Famílias: 2,2
- Saldo Natural: -195
- Taxa de Fecundidade: 24,5%
- Taxa Bruta de Natalidade: 3,7%
- Índice Sintético de Fecundidade: 0,89
- Índice de Renovação da População Ativa: 37,08
- Índice de Dependência de Jovens: 14,3%
- Índice de Longevidade: 51%
- Índice de Sustentabilidade Potencial: 1,6

3.2. Crianças, Jovens e Famílias

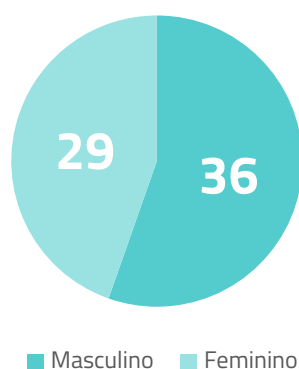
Dos 0 aos 19 anos de idade, Alijó registou 1405 indivíduos nos censos de 2021, de entre os 10486 indivíduos da população total residente. Este grupo etário tem vindo a diminuir, pelo que há necessidade de intervir na promoção da natalidade e na fixação dos/as jovens no território. A par destas medidas é necessário também garantir a qualidade de vida e bem-estar das crianças e jovens, promovendo medidas e políticas de proteção e de garantia plena da satisfação dos seus direitos. É igualmente reconhecida a necessidade de políticas que permitam quebrar a reprodução de ciclos de pobreza não apenas retirando as crianças da condição de pobreza, mas garantindo-lhes as condições para que possam ter um futuro com melhores condições que as gerações que as precederam. Exige-se uma ação decidida para que a condição socioeconómica dos agregados deixe de ser um preditor tão preponderante de sucesso escolar e percursos profissionais.

Gráfico 1: População Juvenil no concelho de Alijó, por faixa etária, nos Censos 2021 (Nº)



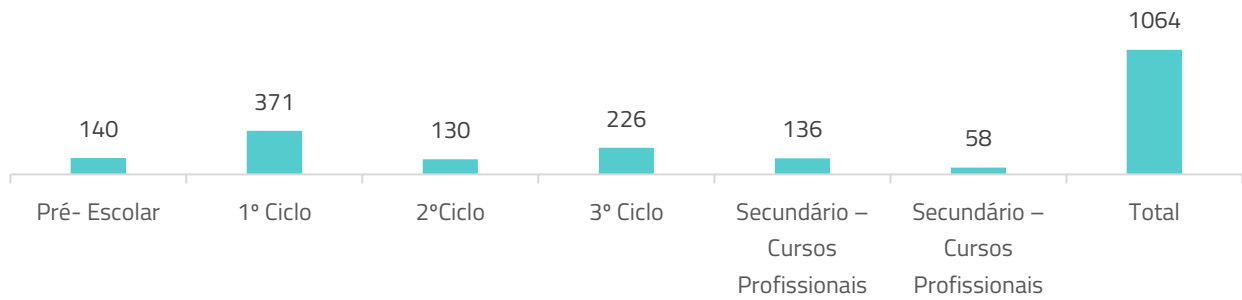
Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2024-2027/ INE

Gráfico 2: Nados-vivos (Nº) por local de residência da mãe (Alijó) e sexo, 2023



Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2024-2027/ INE

Gráfico 3: Número de alunos/as por grau de ensino do ano letivo 2022/2023



Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2024-2027/ Agrupamento de Escolas D. Sancho II, Alijó

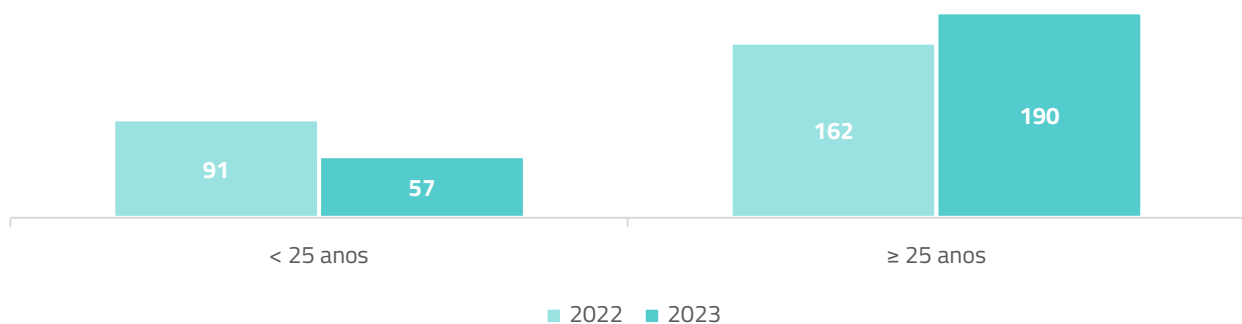
Tabela 1: Número de estudantes a receber subsídio no ano letivo 2022/2023

Nº de estudantes por escalão			
Escalão A	Escalão B	Escalão C	Total
180	179	235	594

Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2024-2027/ Agrupamento de Escolas D. Sancho II, Alijó

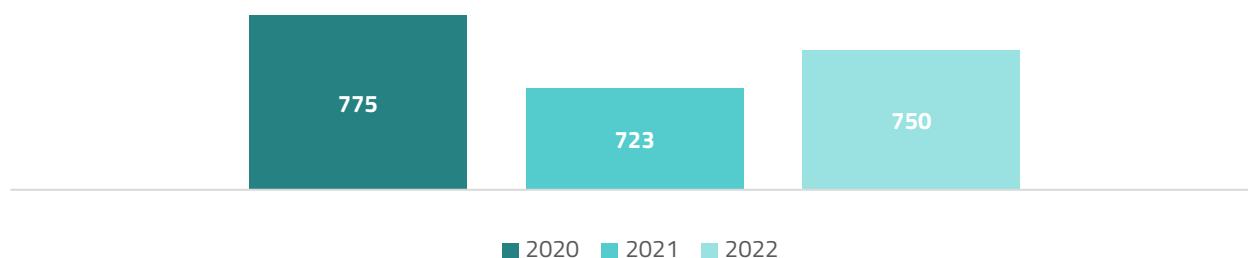
Pela observação dos dados anteriores podemos verificar que dos 1064 estudantes em 2022/2023, mais de metade, 594, recebem subsídio escolar, o que demonstra a realidade da pobreza nas crianças, jovens e famílias do concelho. Relativamente aos apoios da Segurança Social, 75 indivíduos até aos 25 anos recebem o Rendimento Social de Inserção e 750 o Abono de Família para Crianças e Jovens.

Gráfico 4: Beneficiários/as do Rendimento Social de Inserção, por grupo etário, no Concelho de Alijó (Nº)



Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2024-2027/ RSI-Alijó

Gráfico 5: Beneficiários/as do Abono de Família para crianças e jovens, no Concelho de Alijó (Nº)



Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2024-2027/ INE

Através da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), que tem como objetivo primordial a promoção dos direitos da criança e jovem e prevenir ou pôr termo às condições vulneráveis que afetem a segurança, saúde, formação, educação e/ou desenvolvimento integral da criança e/ou jovem, os dados obtidos são preocupantes. A CPCJ de Alijó tinha 70 processos ativos em 2023.

Tabela 2: Caracterização Processual CPCJ 2023

Entrada de Processos	Saída de Processos	Total de Processos Ativos
102	32	70

Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2024-2027/ Relatório CPCJ Alijó

3.3. Empregabilidade e Qualificação

O emprego e acesso ao mesmo é um dos fatores para a inclusão, integração e inserção das pessoas na sociedade, sendo um direito fundamental e universal que assiste a todos/as, são também indicadores da estabilidade de uma sociedade.

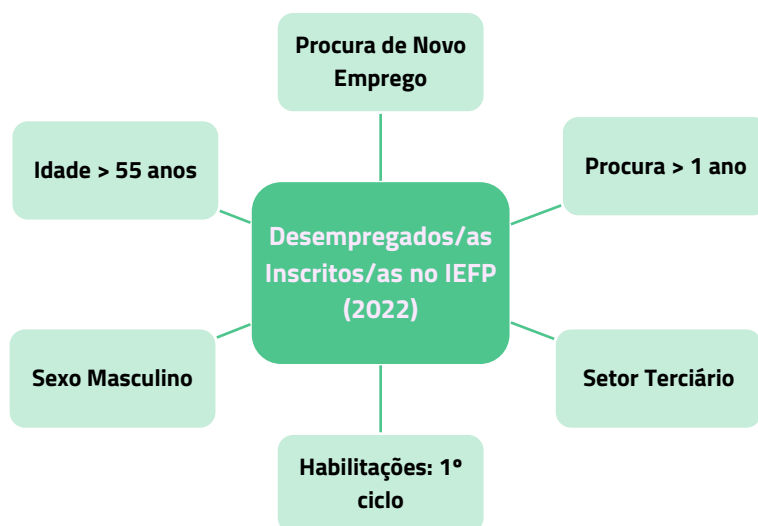
Tabela 3: População ativa, empregada e desempregada

Anos	População Ativa	População Empregada	População Desempregada
2011	4521	3955	566
2021	4096	3762	334

Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2024-2027/ PORDATA

Pela observação dos números na tabela acima, podemos aferir que a população empregada, proporcionalmente à população ativa, aumentou, o que automaticamente fez diminuir o número de desempregados/as no concelho. Contudo este fenómeno é explicado pela contínua diminuição do número de habitantes, o que reforça a necessidade de intervir no emprego e na qualificação profissional de forma a atrair mais pessoas ao concelho.

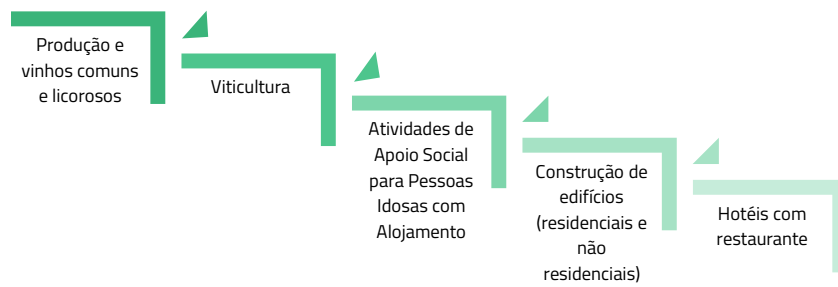
Gráfico 6: Perfil de desempregados/as inscritos/as no Centro de Emprego e Formação Profissional em 2022



Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2024-2027

Analisando o gráfico anterior podemos destacar que os/as desempregados/as inscritos/as no IEFP em 2022 estão inscritos há mais de um ano e são maioritariamente pessoas com mais de 55 anos e habilitações concluídas ao nível do 1º ciclo.

Gráfico 7: Maiores empregadores/as do concelho em 2021



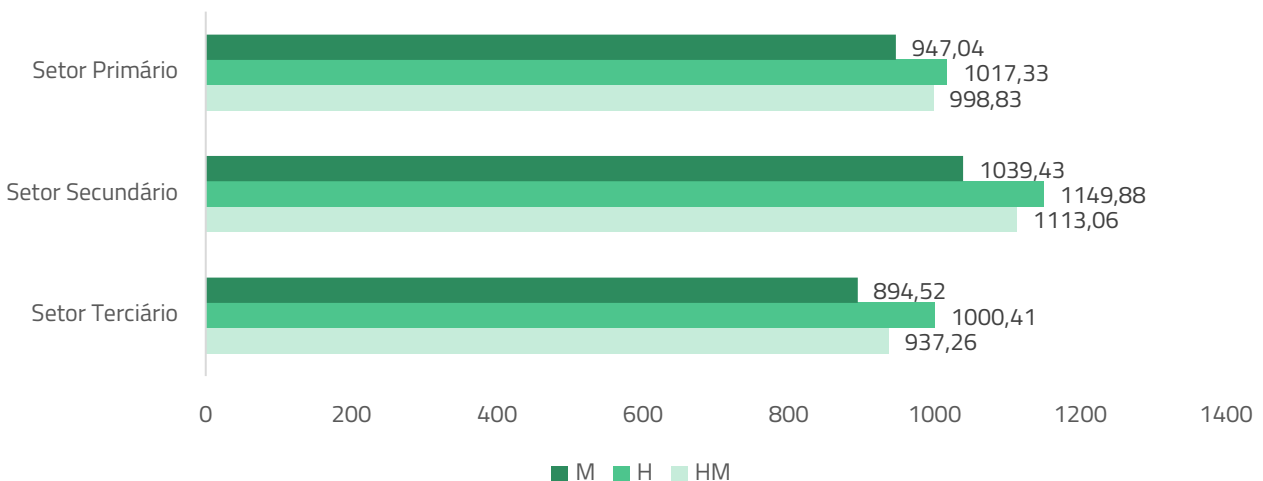
Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2024-2027/ INE (AER) Sínteses Estatísticas - Gabinete de Estratégia e Estudos – Ministério da Economia

Perante o gráfico 7 destaca-se que as empresas do setor social surgem como uma das maiores empregadoras no território. Este facto deve-se à existência de 12 IPSS sediadas no concelho e que prestam serviços a diversos grupos etários.

O setor terciário, hotéis e restaurantes reflete a cada vez maior aposta deste setor no concelho. Alijó tem vindo a incrementar e a afirmar-se no turismo, como ferramenta impulsionadora e potenciadora do crescimento económico e, por inerência, criadora de ofertas de emprego.

No gráfico seguinte, podemos conferir o ganho médio mensal recebido pelos/as trabalhadores/as nos diferentes setores de atividade e perceber a discrepância entre os ganhos da mulher e do homem.

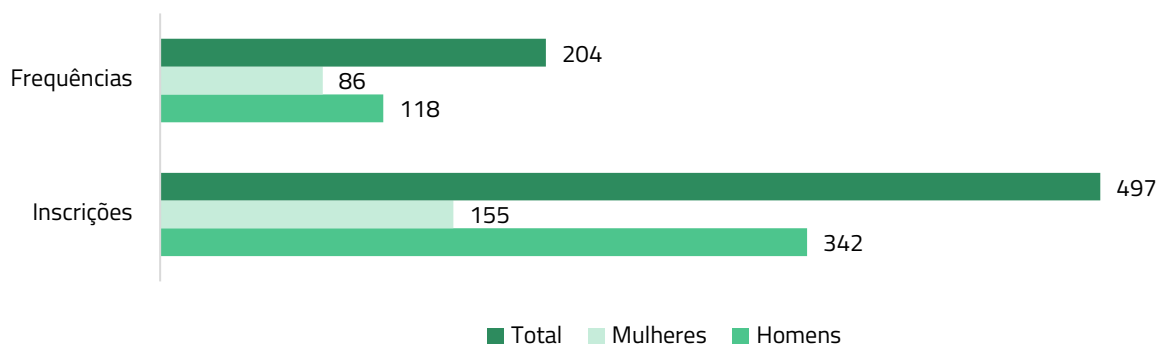
Gráfico 8: Ganhos médios mensais por sexo e por setor de atividade em 2021



Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2024-2027/ INE

É necessário reforçar a qualificação de adultos/as com o objetivo de melhorar os níveis de qualificação e de empregabilidade no concelho de Alijó. Pelos dados do gráfico 9, podemos verificar que o Centro Qualifica registou, no ano de 2022/2023, um grande número de pessoas que queriam aumentar a sua qualificação, contudo menos de metade, frequentaram, efetivamente, os cursos de formação.

Gráfico 9: Número de pessoas inscritas e a frequentar no Centro Qualifica 2022/2023



Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2024-2027/ Agrupamento de Escolas D. Sancho II, Alijó

3.4. Grupos Vulneráveis

“A pobreza é uma realidade mais ampla e complexa do que um conjunto de carências materiais permite perceber. A eliminação da pobreza é uma obrigação em matéria de direitos humanos, como sejam o direito à saúde direito à saúde (problemas de saúde podem afetar o desempenho das crianças na escola, a produtividade do trabalho, podem resultar em desemprego e podem afetar a capacidade de participar na vida social e cultural; simultaneamente, a condição de pobreza pode levar ao acesso restrito a serviços médicos, o que, por sua vez, pode agravar os problemas de saúde); o direito à educação (a educação é uma das formas mais eficazes de combate à pobreza); o direito a um trabalho digno (meios de subsistência inadequados e inseguros configuram situações de pobreza: empregos não permanentes, remunerações baixas, precários); o direito à alimentação adequada (os efeitos físicos e psicológicos da privação de alimentos de qualidade podem agravar a pobreza); o direito à habitação adequada enquanto direito de todos a uma habitação digna que responda às necessidades das pessoas e garanta a inclusão socio-territorial (na verdade, muitas das pessoas em situação de pobreza vivem geralmente em zonas inseguras e muitas vezes estigmatizadas por outras pessoas), entre outros”, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021 de 29 de Dezembro de 2021.

Tabela 4: Caracterização dos Grupos Vulneráveis

Vítimas de Violência Doméstica (2023)	GNR Vila Real: 31 ocorrências ↑	M – 74,2%	H – 25,8%
	EMAV: 36 ocorrências ↑		
Pessoas com deficiência e incapacidade (2021)	Total de pessoas c/ pelo menos uma dificuldade: 5450	↑	
Pessoas e Famílias em Situação de Pobreza e Vulnerabilidade Social	População Desempregada (2021): 334		
	Grupo etário com maior taxa de desemprego (2021): 35-54 anos		
	Nº de Agregados Familiares a residir nos Bairros Sociais do Município (2024): 130		
Imigrantes (2022)	% de População Residente com Nacionalidade Estrangeira: 0,89%	↑	
	População estrangeira com estatuto legal de residente: 89	↓	
Pessoas com Comportamentos Aditivos (2023)	Utentes em tratamento no CRI de Alijó: 21	↑	
Idosos/as (2021)	População com 65 ou + anos: 3454 (33%)	↑	
	Índice de Envelhecimento: 360,92	↑	
	Índice de Dependência de Idosos: 56,86	↑	

Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2024-2027

3.4.1. Vítimas de Violência Doméstica e de Género

A violência doméstica ainda está muito enraizada no concelho, e muito embora exista uma boa intervenção nesta problemática pelas autoridades competentes, ainda é pouco sinalizada. Verifica-se pelo quadro seguinte que o número de ocorrências cedido pela Secção de Operações, Informações e Relações Públicas da GNR e pela EMAV, aumentaram relativamente ao ano anterior. Nas ocorrências registadas pela GNR Vila Real, o número de vítimas é maioritariamente do sexo feminino (74,2%).

Quadro 4: Número de ocorrências de Violência Doméstica em 2023

N.º ocorrências registadas			
Autoridades Policiais	31		
GNR Vila Real	29 ↑	M – 74,2%	H – 25,8%
EMAV	36 ↑		

Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2024-2027

3.4.2. Pessoas com Deficiência e Incapacidade

Desde os censos de 2011, o conceito de deficiência ficou integrado na categoria de pessoas com dificuldades, pelo que os dados obtidos são referentes a pessoas de todas as idades que nasceram, adquiriram ou manifestaram dificuldades ao longo da vida, fosse por motivos naturais, profissionais, acidentes, doença ou simplesmente pela idade. Importa referir que o facto de se usar a condição “pessoas com dificuldades” como global para todas as patologias inerentes à deficiência, explica o aumento do número de população do concelho de Alijó, que de 2001 para 2021 ampliou de 1282 para 5450.

Tabela 5: Caracterização das pessoas com deficiência e incapacidade

População residente com pelo menos uma dificuldade (2021)

- 5450 habitantes

Maior dificuldade registada (2021)

- Andar ou subir degraus

Grupo etário com mais dificuldades (2021)

- 65 ou + anos

Principal fonte de rendimento da população residente com 15 ou mais anos com pelo menos uma dificuldade (2021)

- Reforma ou pensão

Beneficiários/as da Prestação Social para a Inclusão da Segurança Social (2022)

- 214

Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2024-2027

3.4.3. Pessoas e Famílias em Situação de Pobreza e Vulnerabilidade Social

Em Portugal, cerca de ¼ da população encontra-se em risco de pobreza ou exclusão social e pelo aumento sucessivo do nível dos preços, podemos antecipar os danos que serão provocados nas condições de vida das famílias. Também em Alijó é necessário implementar medidas de combate e prevenção a esta problemática.

Tabela 6: Dados das Pessoas e Famílias do concelho de Alijó

Ganho medio mensal (2021)	987,1€
Beneficiários/as ativos da Segurança Social com 15 e mais anos (%) (2022)	37,8%
Beneficiários/as do Abono de Família para Crianças e Jovens (2022)	752
Beneficiários/as de Subsídio de Doença (2022)	1278
Beneficiários/as do Subsídio de Bonificação por Deficiência (2022)	124
Beneficiários/as do RMG e RSI (2022)	367
População Desempregada (2021)	334
Grupo etário com maior taxa de desemprego (2021)	35-54 anos
N.º de pedidos de habitação social (2023)	28
Nº de Agregados Familiares a residir nos Bairros Sociais do Município (2024)	130
Nº de Famílias Monoparentais	486

Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2024-2027/ INE/ PORDATA /Serviços de Ação Social da Câmara Municipal de Alijó

3.4.4. Imigrantes

Segundo o Observatório das Migrações, os/as estrangeiros/as residentes em Portugal apresentam maior risco de pobreza e vivem com maior privação de bens, mais dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e rendimentos mais baixos. Além disto, esta população enfrenta também outras dificuldades, tais como a barreira linguística, os hábitos e costumes diferentes e a ausência de comunidade que conduzem a uma maior solidão e isolamento.

Tabela 7: Caracterização dos Imigrantes

População residente de nacionalidade estrangeira (%) (2022)	0,89% ↑
População estrangeira com estatuto legal de residente (n.º) (2022)	89 ↓

Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2024-2027

3.4.5. Pessoas com Comportamentos Aditivos

Os comportamentos aditivos são "comportamentos com características impulsivas-compulsivas em relação a diferentes atividades ou condutas" (SICAD, 2013). Os mais frequentes são o consumo de substâncias psicoativas, mas também comportamentos aditivos sem substância, como é o caso do jogo e do uso da internet.

Tabela 8: Utentes em tratamento no CRI de Alijó

Anos	Nº de Utentes em Tratamento	Média de Idades
2022	20	51,7
2023	21	51,3

Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2024-2027/ USF Alijó

3.4.6. Idosos

Sendo Alijó um concelho envelhecido (tendência de crescimento), os/as idosos/as são a população mais vulnerável do concelho apresentando grandes carências a nível afetivo (abandono e desresponsabilização dos familiares, solidão, isolamento social), precariedade económica (reformas baixas) e precariedade habitacional (construções antigas, degradadas, sem aquecimento e com barreiras arquitetónicas).

Tabela 9: Caracterização dos/as Idosos/as

População com 65 ou + anos	3454 (33%)
Pessoas com 65 e mais anos a residir sozinhas (Nº)	717
Índice de Envelhecimento	360,92
Índice de Dependência de Idosos	56,86
Nível de escolaridade completo da população com ≥ 65 anos	1º ciclo
Valor médio anual das pensões da Segurança Social em 2022	4159€
Nº de Processos Ativos na Comissão Municipal de Proteção ao Idoso 2023	26

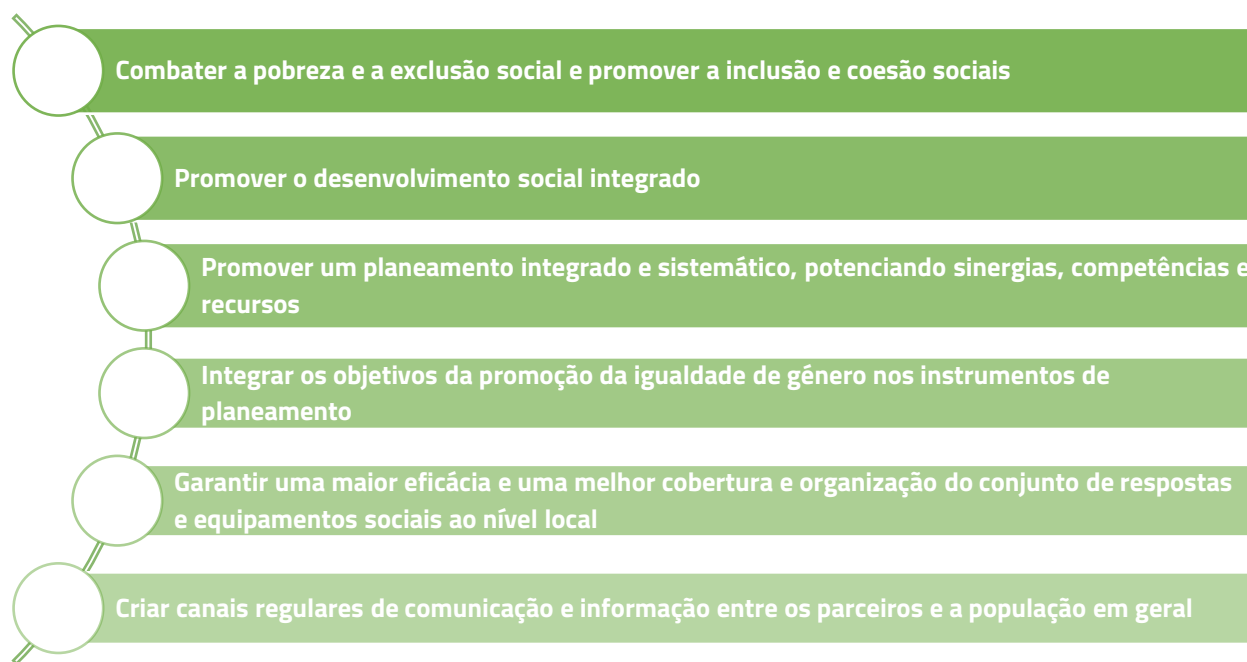
Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2024-2027/ Censos 2021

3.5. Rede Social de Alijó

A Rede Social é um programa (enquadrada pela Resolução do Conselho de Ministros de 18 de novembro de 1997 e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho) que incentiva os organismos do setor público, instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área social a conjugarem esforços.

A Rede Social materializa-se com a criação do Conselho Local de Ação Social (CLAS) e do Núcleo Executivo. O CLAS de Alijó é constituído por representantes de várias entidades públicas e privadas, cuja adesão tem como objetivo promover o desenvolvimento social local, analisando e discutindo todo o trabalho realizado nesta matéria. Paralelamente, existe o Núcleo Executivo do CLAS, considerado o grupo operativo que tem como objetivo principal, dinamizar a parceria, bem como a realização do trabalho técnico de suporte a todo o processo, sob coordenação do Município.

Gráfico 10: Objetivos da Rede Social



Fonte: Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho

3.6. Recursos Disponíveis Promotores da Inclusão Social

Instituições Particulares de Solidariedade Social - Apoio a Idosos e à Infância e Juventude	Habitação Social	Programa 1º Direito	Habitação Degradada
Oficina Solidária – “O SOL”	Programa ABEM – Rede Solidária do Medicamento	Banco de Produtos de Apoio	Medida Kit Bebê
Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE)	Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	Balcão de Inclusão	Centro de Recursos
Comissão Municipal de Proteção do Idoso	Loja Social	Ação Social Escolar	Universidade Sénior
Atividades Extra Curriculares	PIICIE Alijó Educa +	Banco Local de Voluntariado	Plano Municipal para a Igualdade de Género e a Não-Discriminação
Contrato Local de Desenvolvimento Social	Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas	Cantina Social	Rendimento Social de Inserção
Segurança Social - serviço local	Famílias de Acolhimento	Equipa Móvel de Apoio à Vítima-Douro	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
Centro de Saúde	Centro de Respostas Integradas	APPACDM de Vila Real - Sabrosa	Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento
Bagos d'Ouro			

Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2024-2027



4. Eixos Estratégicos de Intervenção

Demografia

Crianças, Jovens e
Famílias

Empregabilidade e
Qualificação

Grupos
Vulneráveis

Capacitação e
Qualificação da
Rede Social de Alijó

Objetivos Gerais

1. Enfrentar os desafios da natalidade, do envelhecimento e da longevidade.

Objetivos Específicos

1. Implementar incentivos às famílias;
2. Promover iniciativas e práticas para a autonomia e a vida independente das pessoas idosas.

Medidas

1. Incentivar a natalidade;
2. Melhorar e aumentar a cobertura e a diversidade das respostas à primeira infância;
3. Promover a literacia em saúde nas práticas de estilos de vida saudável e vigilância regular;
4. Prevenir e promover a saúde mental no envelhecimento;
5. Promover a literacia financeira para a preparação e construção de uma reforma ativa e autónoma.

Objetivos Gerais

1. Reduzir a pobreza nas crianças e jovens e nas suas famílias.

Objetivos Específicos

1. Reforçar a promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em risco;
2. Potenciar uma atuação concertada promotora de bem-estar, estilos de vida saudáveis e desenvolvimento socioeducativo;
3. Fomentar competências para uma parentalidade positiva e partilha de responsabilidades parentais;
4. Garantir a participação de jovens no processo de desenvolvimento pessoal e educativo;
5. Melhorar os níveis das qualificações dos/as jovens, contribuindo para a progressão da qualificação e a melhoria da empregabilidade;
6. Contribuir para a redução do número de famílias em risco de pobreza;
7. Promover uma relação equilibrada entre o contexto, pessoal, profissional e familiar.

Medidas

1. Realização de ações/atividades de sensibilização e comemoração de datas nacionais e internacionais de relevo;
2. Criar ações de informação/sensibilização sobre bullying, cyberbullying e violência no namoro;
3. Promover ações de educação para a saúde;
4. Desenvolver a capacitação parental;
5. Combater o insucesso e baixa escolaridade das crianças em situação de risco/perigo;

6. Apoiar na orientação vocacional de estudantes do ensino secundário para o ensino universitário;
7. Dinamizar o Banco Local de Voluntariado – Geração V;
8. Disponibilizar apoios educativos/bolsas de estudo a estudantes do ensino secundário e superior;
9. Incentivar a orientação escolar e profissional no 3.º ciclo de escolaridade;
10. Incentivar a orientação escolar e profissional para o ensino secundário;
11. Incentivar a realização de estágios profissionais;
12. Incentivar a qualificação profissional;
13. Divulgar e encaminhar para medidas/apoios pró-familiares;
14. Divulgar políticas facilitadoras da coordenação entre o trabalho e a família;
15. Divulgar/encaminhar para atividades de apoio à família em períodos não letivos;
16. Realizar atividades informativas sobre a temática da família.

Objetivos Gerais

1. Potenciar o emprego e a qualificação como fatores de eliminação da pobreza.

Objetivos Específicos

1. Desenvolver competências e recursos para a procura de emprego;
2. Potenciar a capacidade empreendedora;
3. Divulgar medidas de apoio à contratação;
4. Garantir condições para uma participação plena e igualitária na atividade profissional de todas as pessoas;
5. Agilizar, conciliar e dinamizar as políticas e medidas de formação e qualificação;
6. Adquirir e desenvolver competências profissionais orientadas para o exercício no mercado de trabalho.

Medidas

1. Orientar as pessoas desempregadas na procura ativa de emprego;
2. Divulgar incentivos para criação do próprio emprego;
3. Divulgar medidas de apoio à contratação de desempregados/as inscritos/as no IEFP;
4. Incentivar a introdução de critérios relacionados com boas práticas de respeito pelos princípios de igualdade e não discriminação;
5. Sensibilizar as entidades empregadoras para a contratação de pessoas com deficiências e/ou incapacidade;
6. Melhorar os níveis de educação, qualificação e formação de adultos desempregados/as, com investimento no desenvolvimento pessoal e profissional;
7. Aumentar a qualificação e formação das pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

Objetivos Gerais

1. Potencializar um território coeso e sem assimetrias – promover a integração societal e a proteção social de pessoas e grupos vulneráveis.

Objetivos Específicos

1. Prevenir as várias manifestações de violência doméstica, consciencializar sobre os seus impactos e promover uma cultura de não-violência (PAVMVD);
2. Combater a discriminação em razão do género, prevenir e combater todas as formas de violência contra as pessoas LGBTI (PAOIEC);
3. Promover o exercício dos direitos humanos das pessoas com deficiência, sem limitações à sua participação na sociedade em igualdade de circunstâncias;
4. Promover serviços e estruturas acessíveis e não discriminatórias, enquanto condição prévia da participação na sociedade;
5. Capacitar e formar cuidadores informais;
6. Reforçar e otimizar a intervenção das pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade visando a promoção da sua qualidade de vida e reforçando o processo de inclusão social;
7. Otimizar e consolidar a intervenção existente com pessoas migrantes e minorias étnicas, visando a melhoria das condições de vida, integração social e proteção social;
8. Promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências;
9. Promover iniciativas diversificadas para o envelhecimento ativo e saudável, que garantam à população idosa qualidade e dignidade de vida e o acesso a serviços de apoio adequados às suas necessidades;
10. Alargar e diversificar ou criar respostas dirigidas às necessidades das pessoas idosas.

1. Orientar e encaminhar vítimas de violência doméstica para respostas e apoios existentes;
2. Divulgar mecanismos que possibilitem/facilitem a denúncia e/ou apresentação de queixa em situação de violência doméstica (PMIND);
3. Abordar questões relacionadas com a prevenção da violência doméstica e de género;
4. Comemorar o dia da Eliminação da Violência contra as Mulheres;
5. Elaborar e divulgar os produtos e/ou campanhas de sensibilização para o combate da violência em razão do género;
6. Dinamizar o Balcão da Inclusão;
7. Divulgar e apoiar a apresentação de candidaturas a programas de financiamento;
8. Sensibilizar a comunidade para a inclusão de todos/as e para a não discriminação em função da deficiência/incapacidade;
9. Promover a acessibilidade digital como um direito humano;
10. Promover a acessibilidade e mobilidade para todos;
11. Potencializar as respostas sociais existentes no concelho;
12. Promover ações de assistência ao cuidador e promover ações de capacitação dirigida para os/as cuidadores/as informais;
13. Realizar o mapeamento das pessoas e grupos vulneráveis;
14. Fazer o levantamento das problemáticas/ necessidades das pessoas e grupos vulneráveis;
15. Fazer o mapeamento dos recursos existentes de apoio a pessoas e grupos vulneráveis;
16. Criar, diversificar e/ou requalificar as respostas sociais;
17. Orientar e encaminhar para medidas de apoio à habitação;
18. Promover uma maior articulação e cooperação entre as lojas sociais do concelho;
19. Criar o Centro de Recursos Solidário Municipal;
20. Promover a literacia na saúde;
21. Promover a literacia financeira;
22. Esclarecer e orientar os/as deslocados/refugiados/as de outros países;
23. Formação e qualificação de técnicos/as (ex. Línguas estrangeiras);

24. Prevenir o insucesso escolar das crianças das comunidades ciganas, migrantes e descendentes;
25. Encaminhar pessoas de outras nacionalidades para formação em língua portuguesa;
26. Criar ações de sensibilização para as consequências do uso de substâncias aditivas;
27. Criar ação de formação em CAD;
28. Promover a integração profissional de pessoas com CAD;
29. Promover um modo de vida ativo e participativo da população idosa;
30. Criar ações de sensibilização para o voluntariado sénior;
31. Incentivar a construção de projetos de vida, adaptados à realidade do/a idoso/a, privilegiando a sua autonomia e evitando a sua institucionalização precoce;
32. Articular e colaborar em rodas temáticas com idosos/as para debater soluções sobre as problemáticas deste grupo;
33. Criar ações de informação/prevenção e sensibilização para situações de risco dirigidas à população idosa;
34. Potenciar a rede primária de suporte à pessoa idosa;
35. Corresponsabilizar a família na prestação de cuidados à pessoa idosa;
36. Otimizar o Banco de Produtos de Apoio;
37. Eliminar as barreiras arquitetónicas.

Objetivos Gerais

1. Reforçar e territorializar a Rede Social de Alijó.

Objetivos Específicos

1. Desenvolver um programa integrado de capacitação/formação;
2. Promover sinergias para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local;
3. Dinamizar e potenciar o funcionamento da Rede Social;
4. Definir uma estratégia de experimentação e inovação social;
5. Dinamizar e potenciar o funcionamento do Núcleo Executivo.

Medidas

1. Atualizar o levantamento das necessidades formativas das entidades parceiras da Rede Social e elaborar um plano de formação adaptado;
2. Sensibilizar e capacitar os parceiros para as áreas da igualdade de género e não discriminação;
3. Atualizar os documentos de planeamento estratégico da Rede Social;
4. Fazer um mapeamento georreferenciado e monitorização das respostas sociais;
5. Dinamizar o funcionamento da Rede Social e acompanhar a execução dos Planos de Ação;
6. Incentivar a adoção de uma política de trabalho em parceria;
7. Apoiar e incentivar projetos de inovação social em áreas identificadas como prioritárias;
8. Reforçar o papel do Núcleo Executivo na concretização das prioridades de intervenção;
9. Preparar a candidatura para o Programa - Contratos Locais de Desenvolvimento Social.

Índice de Gráficos

Gráfico 1: População Juvenil no concelho de Alijó, por faixa etária, nos Censos 2021 (Nº).....	8
Gráfico 2: Nados-vivos (Nº) por local de residência da mãe (Alijó) e sexo, 2023	8
Gráfico 3: Número de alunos/as por grau de ensino do ano letivo 2022/2023.....	9
Gráfico 4: Beneficiários/as do Rendimento Social de Inserção, por grupo etário, no Concelho de Alijó (Nº) .	9
Gráfico 5: Beneficiários/as do Abono de Família para crianças e jovens, no Concelho de Alijó (Nº).....	10
Gráfico 6: Perfil de desempregados/as inscritos/as no Centro de Emprego e Formação Profissional em 2022.....	11
Gráfico 7: Maiores empregadores/as do concelho em 2021	12
Gráfico 8: Ganhos médios mensais por sexo e por setor de atividade em 2021	12
Gráfico 9: Número de pessoas inscritas e a frequentar no Centro Qualifica 2022/2023	13
Gráfico 10: Objetivos da Rede Social	18

Índice de Tabelas

Tabela 1: Número de estudantes a receber subsídio no ano letivo 2022/2023.....	9
Tabela 2: Caracterização Processual CPCJ 2023	10
Tabela 3: População ativa, empregada e desempregada	11
Tabela 4: Caracterização dos Grupos Vulneráveis	14
Tabela 5: Caracterização das pessoas com deficiência e incapacidade.....	15
Tabela 6: Dados das Pessoas e Famílias do concelho de Alijó	16
Tabela 7: Caracterização dos Imigrantes.....	16
Tabela 8: Utentes em tratamento no CRI de Alijó.....	17
Tabela 9: Caracterização dos/as Idosos/as	17

Referências Bibliográficas

Câmara Municipal de Alijó (2024). Acedido em 27 de maio de 2024, em: <https://www.cm-alijo.pt/>

CCDR Norte (2020). Estratégia de Desenvolvimento do Norte para Período de Programação 2021-27 das Políticas da União Europeia. CCDR-N. Porto

IDS - Instituto para o Desenvolvimento Social (2022) Plano de Desenvolvimento Social. IDS. Lisboa

Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2020, de 18 de dezembro. Diário da República n.º 245/2020, Série I de 2020-12-18. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2021, de 31 de agosto. Diário da República n.º 169/2021, Série I de 2021-08-31. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 14-B/2024, de 18 de janeiro. Diário da República n.º 13/2024, 1º Suplemento, Série I de 2024-01-18, páginas 2 – 3. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, de 29 de dezembro. Diário da República n.º 251/2021, Série I de 2021-12-29. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio. Diário da República n.º 97/2018, Série I de 2018-05-21. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Segurança Social (2024). A Rede Social. Acedido em 27 de maio de 2024, em: <https://www.seg-social.pt/a-rede-social>

SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (2013). Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020. SICAD. Lisboa